



MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESUMO EXECUTIVO DA CENTÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

ABERTURA

Aos seis e sete dias de dezembro, de dois mil, às dez horas, na sala de reunião “Conselheiro **O Milton Visconde**”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Centésima Quarta Reunião Ordinária do CNS.

APROVAÇÃO DAS ATAS

Colocada em apreciação a ata da 103ª Reunião Ordinária do CNS, o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que seria efetuada ressalva com relação à constituição do Grupo de Trabalho designado para estabelecer contato com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no que se refere ao seu caráter, pois não seria um grupo permanente e, sim, para discutir questões pontuais, conforme a necessidade e a urgência. Conselheira **Maria Lêda Dantas** observou que a sua colocação com relação à questão da dislexia, citada no item “*Política de Saúde dos Portadores de Deficiência*”, fora identificada pelo **Dr. Adney**. Disse, ainda, que o seu informe sobre o I Encontro Luso-Brasileiro de Medicina Geral, Familiar e Comunitária tivera como objetivo principal destacar a importância da participação do Conselho Nacional de Saúde nesse evento e solicitou que fosse inserido no texto da ata a sua observação com relação ao bom desempenho de Portugal com relação à estruturação do plano de carreira de recursos humanos do Programa Saúde da Família. A ata foi considerada aprovada, com essas alterações.

INFORMES

01. Aspectos Específicos da pauta e informes gerais: O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** fez comentários sobre: **1)** confraternização dos Conselheiros do CNS; **2)** material de apoio constante das pastas dos Conselheiros; **3)** suplência de Conselheiros (dois suplentes para cada Conselheiro). Visando complementar informes pendentes na reunião anterior do CNS, passou a palavra aos Conselheiros **José Carvalho de Noronha** e **William Saad**, que falaram sobre a Reunião Extraordinária da Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia e CONEP/Declaração de Helsinque, respectivamente.

02. Resolução/CNS sobre o Relatório da CPI dos Medicamentos: Coordenador apresentou aos Conselheiros a revisão final do texto da Resolução/CNS sobre o relatório da CPI de Medicamentos, já aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde.

03. Resultados da Oficina de Trabalho de Comunicação Social em Saúde, realizada em 29 e 30 de novembro/2000: Conselheiro **Mário Scheffer** informou que o evento fora realizado em parceria com FIOCRUZ, ABRASCO, CNS e a Comissão de Comunicação Social/CNS e tivera como pauta a 11ª Conferência Nacional de Saúde e a elaboração de propostas concretas para a construção de uma Política de Comunicação com vistas a fortalecer o controle social do SUS.

04. Teledebate sobre saneamento e meio-ambiente – dia 05/12/2000: Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que constava das pastas dos Conselheiros *folder* informativos sobre o Teledebate realizado no dia 05 de dezembro/2000, via Embratel, sobre saneamento e meio-ambiente.

05. Programa de Doação Voluntária de Sangue: Conselheira **Zilda Arns** lembrou que em novembro/1999 haviam sido aprovadas diretrizes básicas para a doação voluntária de sangue e designado Grupo de Trabalho, que não se reunira pelo fato de o Ministério da Saúde também constituíra Grupo de Trabalho, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo CNS. Em seguida, apresentou aos Conselheiros a seguinte proposta de Recomendação: **1)** posicionar-se positivamente ao prosseguimento do Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados; **2)** desenvolver ações conjuntas

com as Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Executivas dos Conselhos Estaduais de Saúde, objetivando o cumprimento da legislação; e **3)** dirigir-se aos Secretários Estaduais de Saúde, assim como aos Secretários Municipais de Saúde, solicitando-lhes a promoção de suporte às Unidades, com a participação dos Conselhos Estaduais de Saúde, com vistas a atender às demandas do Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **COLOCADA EM APRECIÇÃO, COM ADEQUAÇÕES REDACIONAIS, A RECOMENDAÇÃO FOI APROVADA.**

06. Quarta Reunião das Secretarias Executivas dos CES e CNS: Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou sobre a realização da Quarta Reunião das Secretarias Executivas dos CES e CNS, nos dias 27 e 28 de novembro/2000, que debatera sobre os seguintes temas: **1)** projeto de capacitação de membros do Ministério Público; **2)** pesquisa sobre organização e funcionamento dos Conselhos; **3)** catálogo de endereços de todos os Conselhos de Saúde; **4)** formação de rede de comunicação e novo *site* do CNS; **5)** organização da 11ª Conferência Nacional de Saúde; e **6)** intercâmbio das agendas básicas dos Conselhos Estaduais de Saúde e do CNS.

07. Andamento do cadastro dos Conselhos de Saúde e da pesquisa sobre estrutura e funcionamento dos Conselhos; e Novo site do CNS: O jornalista **Paulo Henrique**, representante da Assessoria de Comunicação Social do CNS, fez alusão aos seguintes produtos que estavam sendo preparados pelo CNS, para a 11ª Conferência Nacional de Saúde: **1)** pesquisa para identificação dos Conselhos de Saúde do país, abordando temas como localização e estrutura; **2)** catálogo de endereços dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde; **3)** novo *site* do CNS; e **4)** revista periódica (quadrimestral) abordando temas sobre controle social.

08. Prática do controle social através dos Conselhos de Saúde – “Quatorze Reflexões” – texto-subsídio para discussões e definições dos Conselhos de Saúde em 2001: Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** fez a exposição do documento “*A Prática do Controle Social Através dos Conselhos de Saúde*”, contendo quatorze reflexões para os Conselheiros Estaduais e do Nacional de Saúde, a saber: **1)** atribuições legais e o espaço de atuação dos Conselhos de Saúde; **2)** os objetivos e os grandes objetos de atuação dos Conselhos de Saúde; **3)** relações do Conselho de Saúde e a Gestão; **4)** relações entre os representantes de segmentos e entidades dentro de cada Conselho; **5)** critérios básicos da elaboração das pautas das reuniões dos Conselhos de Saúde; **6)** aspectos importantes da aprovação das deliberações dos Conselhos de Saúde; **7)** o papel das Comissões dos Conselhos de Saúde; **8)** relações dos Conselhos de Saúde com as entidades e segmentos representados no Conselho; **9)** relações do Conselho de Saúde e o Poder Legislativo; **10)** relações dos Conselhos de Saúde entre si; **11)** as raízes do controle social na área da saúde; **12)** o controle social e a democratização dos governos e do estado; **13)** o controle social através dos Conselhos de Saúde; e **14)** aspectos da conjuntura da reforma sanitária brasileira.

ITEM 01 – PROPOSTA DO PAINEL DE RECURSOS HUMANOS DO ATENDIMENTO NO SUS

O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** apresentou a proposta do Painel de Recursos Humanos do Atendimento no SUS, o qual abordaria temas como: “*A gestão do trabalho no SUS: princípios e diretrizes para a NOB-RH/SUS*” e “*Diretrizes Curriculares para o ensino médio e superior dos profissionais de saúde*”.

ITEM 03 – RELATO DO GT/CNS DE ACESSO E HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NO SUS

Conselheira **Zenite B. Freitas** informou que o relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho de Acesso e Humanização do Atendimento no SUS na 102ª Reunião Ordinária do CNS, fora reformulado, contemplando as sugestões encaminhadas pelos Conselheiros. Conselheiro **Geraldo Adão** apresentou as propostas elaboradas pelo referido Grupo de Trabalho, as quais, após as discussões, decidiram encaminhar para serem apreciadas na 11ª Conferência Nacional de Saúde e, posteriormente, trazidas novamente ao Conselho para votação.

ITEM 04 – DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Dr. Gonzalo Vecina, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, comentou que o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, descentralizado, fora objeto de diversas discussões com a Câmara Técnica de Vigilância Sanitária do CONASS e, posteriormente, aprovado pelo CONASS e pela Comissão Intergestores Tripartite. Informou que constava do documento distribuído, os critérios de distribuição de recursos aos Estados, fundo a fundo e fez os esclarecimentos sobre as transferências às unidades da federação no exercício de 2000, efetuadas através de pro-lacen e termo de ajuste (per capita e fato gerador).

ITEM 05 – CONTROLE DO CÂNCER CÉRVICO-UTERINO – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Dra. Maria Inês Gadelha, Chefe de Gabinete do Instituto Nacional do Câncer, fez a apresentação dos resultados do Programa do Controle do Câncer Cérvico-Uterino, lembrando que a partir da incorporação do conceito do exame preventivo fora possível desenvolver o Programa do Controle do Câncer Cérvico-Uterino, em três fases – projeto piloto, intensificação e implementação do Programa. O projeto piloto identificara a população alvo e as técnicas de mobilização dessa população, bem como as técnicas de coleta adequada e a padronização dos procedimentos. Já a fase de intensificação apontara para a necessidade de adequação do sistema de informação, com vistas ao monitoramento das ações e ao pagamento dos procedimentos e, também, à definição das responsabilidades das três esferas de governo. Na terceira fase do Programa do Controle Cérvico-Uterino, o aprimoramento do sistema de informação continuara sendo o grande desafio e a incorporação do PACS e PSF ao Programa representara grande ganho qualitativo para o mesmo. Além disso, ressaltou que foram intensificadas as ações de capacitação bem como o redimensionamento do aparelhamento da rede de saúde. Fez, ainda, alusão aos procedimentos executados com relação às, aproximadamente, duas mil mulheres não localizadas pelo Programa de Controle do Câncer Cérvico-Uterino.

ITEM 06 – ANDAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DA 11ª CONFERÊNCIA

Conselheira **Rita de Cássia B. Barata** apresentou aos Conselheiros a Minuta do Programa Oficial da 11ª Conferência Nacional de Saúde, relatando aos mesmos o pedido da Deputado **Eduardo Jorge** de que a exposição do tema “*A utilização dos recursos financeiros vinculados para a saúde no atendimento às necessidades. A regulamentação da Emenda Constitucional 29*”, constante da II Mesa Redonda – Financiamento e responsabilidades das três esferas político-administrativas para garantir acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social - fosse feita pelo Deputado **Ursicino Queiroz**, por entender que o mesmo tem atuação fundamental junto ao movimento social. A ALTERAÇÃO FOI APROVADA, BEM COMO A SUGESTÃO DO CONSELHEIRO **AUGUSTO ALVES AMORIM** DE PRESTAR HOMENAGEM AO DEPUTADO **EDUARDO JORGE**. A Conselheira **Rita de Cássia B. Barata** submeteu aos Conselheiros, também, a proposta de inclusão de Seção de Abertura e da Mesa-Redonda “*SUS – Revendo a Trajetória e Projetando o Futuro*”, coordenada pelo **Sr. Márcio Almeida**, ambas realizadas no dia 15/12/2000. A PROPOSTA FOI APROVADA.

ITEM 07 – APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11 E 12 DO REGIMENTO INTERNO DO CNS E ALTERAÇÃO DO ARTIGO 15

O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**, referindo-se ao artigo quinze do Regimento Interno, observou que a Comissão de Coordenação Geral sugeriria que as deliberações do CNS tivessem, também, o formato de “*Decisões*” e/ou “*Resoluções Não Homologadas*”. Após as discussões, decidiram procurar assessoramento jurídico para a definição e denominação apropriada de atos dessa natureza.

ITEM 08 – RELATÓRIO DA MESA REDONDA “POLÍTICA DE SAÚDE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA”

Conselheira **Izabel M. M. de Loureiro Maior** fez apresentação do Relatório da Mesa Redonda “*Política de Saúde dos Portadores de Deficiência*”, que propõe as seguintes alterações ao documento inicial: **I)** substituição do Decreto nº 914/1993, já revogado, pelo Decreto nº 3298/1999 nos parágrafos primeiro e oitenta e quatro; **II)** inclusão de parágrafo cem, com a seguinte redação: “*Serão consideradas parte da atenção integral à saúde das pessoas portadoras de deficiência os métodos e as técnicas específicas para garantir ações voltadas para saúde sexual e reprodutiva, incluindo medicamentos, recursos tecnológicos e intervenções especializadas*”; **III)** inclusão, no item 4.1 – Articulação Intersetorial, o parágrafo cento e cinquenta e cinco, com a seguinte redação: “*A Inclusão na rede do SUS de unidades da rede da Assistência Social que já desenvolvem ações de reabilitação multidisciplinar especializada para atendimento de todos os tipos de deficiência*”; **IV)** exclusão do parágrafo cento e cinquenta e sete. O relatório apresenta, ainda, as seguintes recomendações: **I)** que o CNS envie o documento para as demais instâncias deliberativas (considerando-se a necessidade de que o tema seja tratado na esfera da saúde suplementar), propugnando por sua homologação pelo Ministério da Saúde; **II)** a inclusão do tema na pauta da reunião do CNS de fevereiro/2001, para apresentação dos seguintes pontos: recomposição dos valores dos procedimentos de reabilitação das tabelas do SAI e do SIH/SUS, bem como o fluxo de recursos destinados à concessão de órteses e próteses com percentual definido e, ainda, uma proposta de reestruturação do Programa de Atenção à Saúde da Portadora de Deficiência, nos moldes da Portaria SAS nº 827/1991; **III)** constituição de Grupo de Trabalho do CNS para estudo das questões acima levantadas. COLOCADO EM APRECIÇÃO, O

RELATÓRIO FOI APROVADO, BEM COMO A PROPOSTA DE POLÍTICA DE SAÚDE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA”.

ITEM 09 – RELATO DAS ÚLTIMAS REUNIÕES DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE - APRESENTAÇÃO DO GT/CNS PARA DISTRIÇÕES PARA O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

ITEM 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ANO 2000: QUESTÕES E EQUACIONAMENTOS

O **Dr. Barjas Negri**, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, fez exposição sobre as questões orçamentária e financeira do Orçamento/2001. Em seguida, o **Dr. Renilson Renhen** dispôs sobre o Novo Modelo Assistencial do SUS, passando a palavra à **Dra. Maria Helena Machado**, que abordou as dificuldades identificadas, as quais apontaram para a necessidade de reformulação do Modelo Assistencial do SUS, através da regionalização da assistência à saúde e fez a apresentação e os devidos esclarecimentos sobre a Minuta de Portaria (ou Instrução Normativa) referente à regionalização da assistência à saúde, composta pelos seguintes itens: **1) Regionalização: 1.1)** com relação as diretrizes gerais para o processo de regionalização e elaboração do Plano Diretor de Regionalização da Assistência; **1.2)** com relação a ampliação do acesso e da qualidade da atenção básica; **1.3)** com relação à qualificação das microrregiões na assistência à saúde; **1.4)** Com relação a organização dos serviços de média complexidade; **1.5)** com relação à política de atenção de alta complexidade/custo no SUS; **2) Fortalecimento da Capacidade de Gestão no SUS: 2.1)** sobre o processo de programação da assistência; **2.2)** sobre as responsabilidades de cada nível de governo na garantia de acesso à população referenciada; **2.3)** sobre o processo de controle e avaliação; **2.4)** sobre o processo regulatório assistencial; **2.5)** sobre os hospitais públicos sob gestão de outro nível de governo; **3) Revisão dos Critérios de Habilitação e de Desabilitação de Municípios e Estados: 3.1)** com relação aos processos de habilitação e de desabilitação dos municípios; **3.2)** com relação aos processos de habilitação e de desabilitação dos estados; **4) Anexos: 4.1)** responsabilidades e ações estratégicas da atenção básica; **4.2)** elenco de procedimentos básicos ampliado; **4.3)** elenco de procedimentos de média complexidade a ser ofertado no âmbito microrregional; **4.4)** termo de compromisso para garantia de acesso (minuta); **4.5)** termo de compromisso formalização da contratação de serviços em entes públicos. O Conselheiro **Carlyle G. Macedo** fez a apresentação do relatório do Grupo de Trabalho destinado a apreciar o documento apresentado, FICANDO APROVADA A REALIZAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNS, NO DIA 15/12/2000, PARA A APROVAÇÃO FINAL. A seguir, o Prof. **Elias Jorge** fez a apresentação do Relatório da Comissão/CNS de Orçamento e Financiamento, o qual abordava os seguintes tópicos: **1) Execução Orçamentária do Ministério da Saúde; 2) Arrecadação da União, pela Secretaria da Receita Federal ; 3) Execução Orçamentária do Governo Federal em outubro/2000; 4) Orçamento 2001 – Ministério da Saúde e União; 5) Vinculação Constitucional de receitas para a saúde – Emenda Constitucional nº 29; 6) SIOPS – Sistema de Informação de Orçamentos Públicos em Saúde; 7) Plano de Trabalho da CONFIN para o ano 2001; 8) Sugestões e encaminhamentos ao Plenário: a) que o Plenário autorize à Coordenação Geral do CNS e à CONFIN que procedam à articulação, juntamente com CAS, CSSF, PFDC, a realização de fórum com os Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios para definir critérios para a operacionalização da EC 29, levando-se em conta a Lei de Responsabilidade Fiscal; b) que o presente relatório seja incorporado ao material de apoio dos Delegados da 11ª Conferência Nacional de Saúde; e c) que se aprove o presente relatório e as sugestões nele contidas, considerando-o, bem como o Material de Apoio, como anexos à ata desta 104ª Reunião Ordinária. COLOCADO EM APRECIÇÃO, O RELATÓRIO FOI APROVADO. FOI APROVADA, TAMBÉM, A SUGESTÃO DE CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE CONSELHEIROS PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA COM O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**, COMPOSTO PELOS CONSELHEIROS **CARLYLE G. MACEDO, AUGUSTO ALVES AMORIM, ZILDA ARNS, MARIA NATIVIDADE GOMES TEIXEIRA SANTANA, GILSON CANTARINO E CLIMÉRIO RANGEL**, PARA DEBATER SOBRE O CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. O Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Saúde, **José Serra**, fez pronunciamento com destaque aos trabalhos do ano 2000 que foram produtivos. No âmbito do Ministério da Saúde, ressaltou o Programa de Saúde da Família, a PEC da Saúde e o avanço da introdução dos medicamentos genéricos na sociedade.**

ITEM 11 – CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

O Coordenador Nelson Rodrigues dos Santos submeteu aos Conselheiros o Calendário das Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional de Saúde, que foi aprovado, com a alteração da data da reunião do mês de setembro/2001, devido ao feriado.